

Do ensino à identidade: desafios e perspectivas da formação docente no Brasil

Lorrane Lima do Nascimentoⁱ

Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Ceará, Crateús, CE, Brasil

Resumo

A formação de professores no Brasil, inicialmente influenciada pelos modelos europeus, passou a ser adaptada às realidades políticas e sociais do país. A partir de 1930 e com a constituição de 1988, o Brasil iniciou um processo de valorização da educação superior voltada para a formação docente. A identidade do professor é construída a partir dos saberes disciplinares, curriculares e experenciais adquiridos ao longo da formação, destacando seu papel como agente de transformação social. Apesar dos avanços, ainda existem desafios, como a falta de valorização e as condições de trabalho, que exigem uma constante adaptação às novas demandas educacionais. O que reforça a importância da formação contínua e do papel essencial dos professores na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Formação de professores. Identidade docente. Transformação social. Valorização Docente.

From education to identity:challenges and perspectives of teacher education in Brazil

Abstract

Teacher training in Brazil, initially influenced by European models, has been adapted to the country's political and social realities. Starting in 1930 and with the 1988 Constitution, Brazil began a process of valuing higher education aimed at teacher training. The teacher's identity is built from disciplinary, curricular, and experiential knowledge acquired throughout their training, highlighting their role as agents of social transformation. Despite progress, challenges remain, such as lack of recognition and working conditions, which require constant adaptation to new educational demands. The article emphasizes the importance of continuous training and the essential role of teachers in building a fairer and more equal society.

Keywords: Teacher Education. Teacher Identity. Social Transformation. Teacher appreciation.

1 Introdução

A formação de professores no Brasil é um tema que vai muito além das questões pedagógicas, ela está intimamente ligada ao desenvolvimento social e à construção de uma sociedade mais igualitária. Desde os primeiros momentos da

história educacional do país, a educação foi vista como um instrumento de transformação, mas também de controle social. Influenciada por modelos europeus, especialmente após a Revolução Francesa, a formação docente brasileira teve início com a criação das escolas normais em 1835, em Niterói (RJ), com o objetivo de atender às demandas educacionais da época. Ao longo do tempo, esse processo foi sendo moldado pelas particularidades do contexto brasileiro, marcado por profundas mudanças políticas, sociais e econômicas.

Contudo, a história da formação docente no Brasil não se resume a marcos temporais ou eventos isolados. Ela é marcada por desafios históricos e contemporâneos, tais como a desigualdade social, a precarização das condições de trabalho docente, a desvalorização profissional e a necessidade de constante atualização frente às demandas de uma sociedade em transformação. Tais questões colocam em evidência a importância de se compreender como o processo formativo tem evoluído ao longo do tempo e qual o impacto dessa formação na construção da identidade docente.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar a trajetória da formação docente no Brasil, desde suas origens até os dias atuais, destacando transformações e seus desafios enfrentados. A pesquisa busca compreender como esse processo contribui para a construção da identidade profissional dos professores e como se relaciona com as diretrizes educacionais vigentes e com a qualidade do ensino.

A relevância deste estudo reside na necessidade de refletir criticamente sobre a formação docente como um elemento central na melhoria da educação brasileira, compreendendo-a não apenas como um processo técnico, mas como um espaço de construção de saberes, valores e práticas que moldam o papel do professor como agente de mudança social.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, baseada na análise de documentos oficiais, literatura científica e produções acadêmicas sobre o tema. A análise permitirá identificar os principais momentos históricos, políticas públicas e concepções teóricas que influenciaram e continuam a influenciar a formação dos professores no Brasil.

2 A evolução da formação de professores no Brasil: desafios da profissão docente e suas perspectivas

Bernadette Gatti em uma de suas pesquisas sobre “formação de professores no Brasil: características e problemas” (2010), discorre a partir de aspectos como: as características dos cursos formadores de professores; a legislação relativa a essa formação; os currículos e ementas de licenciaturas e as características socioeducacionais dos licenciandos. Da mesma forma, trago nessa perspectiva diferentes fatores abordados por demais autores que trazem em suas escritas o cenário e contexto brasileiro da formação de professores e os desafios dessa profissão.

O berço para a formação docente se faz na Europa, a priori, onde se viu inicialmente a necessidade de cursos de formação a fim de lecionar pessoas, para instruírem a classe popular que ali trabalhava no sistema fabril. Após a revolução francesa se institui nesta conjuntura as “Escolas normais” tendo como sua principal função, preparar futuros profissionais que teriam o papel de professores, (Tanuri, 2000). Posteriormente a esse contexto, o sistema de escolas normais fez sua implantação em outros países.

No Brasil, a primeira escola normal foi instituída em 1835, em Niterói, no Rio de Janeiro após se instruir em decreto o ato:

Artigo 1º. Haverá na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal para nella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores actualmente existentes, que não tiverem adquirido a necessária instrução nas Escolas de Ensino na conformidade da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, Artigo quinto (PROVÍNCIA do Rio de Janeiro. Lei n. 10 de 1835)

Os indivíduos sujeitos a admissão deveriam ter mais de dezoito anos, além de saber ler e escrever, ademais, é importante destacar que esse ensino a priori era direcionado às classes com um maior poder aquisitivo, porém, a fim de ingressar um total mínimo de discentes para abertura da escola, a província poderia subsidiar uma ajuda de custos aos indivíduos carentes que gostariam de ingressar na docência.

Vale ressaltar, que a preocupação que ali se tinha era de apenas o repassar os conhecimentos e dominá-los e não o como repassar e como seria tratado em sala de aula, já que, o currículo seria baseado no método lancasteriano, pouco recurso e tempo para o ensino de um grande número de alunos, pela leitura e escrita a ser trabalhado e dificultaria assim a apropriação da didática.

Se fez nesse processo várias reformulações para instrução pública do magistério, apenas em 1930, é que, para escritores como Gatti, Abrucio e Segatto se dá o início da formação em nível superior a partir do bacharelado e de disciplinas voltadas para a área da educação para a obtenção de licenciatura. Podemos dizer que isso foi um efeito das transformações que ali já ocorriam no estado brasileiro a exemplo, a criação do primeiro ministério voltado a educação denominado, Ministério da Educação e Saúde Pública. Deste modo, introduzindo os primeiros institutos e universidades de educação superior e os primeiros cursos em tendência ao professorado a exemplo da pedagogia.

Foi um processo que decorreu paulatinamente, já que, conforme houve as transformações no país, a educação e seu ensino também se modificaram. Após o processo de redemocratização do Brasil, uma série de agentes para suprirem os desafios e as crises que o sistema universitário sofreu nesse ínterim de espaço tempo posterior à década de 1930 a 1970 foram emergidos (Abrucio; Segatto, 2021).

O descaso com o profissional não se tendo a valorização social, além disso, a separação da pedagogia e a pesquisa prática, a não contribuição legislativa aos institutos universitários, ocasionando a falta de recursos para o mantimento das estruturas em termos de profissionalização.

Os principais agentes modeladores neste quesito foram, legislações e políticas públicas, no que tange ao professorado e seu modelo formativo. A constituição de 1988, com a universalização do ensino abriu novas portas para habilitação de profissionais do magistério “A Emenda Constitucional nº 59, de 2009, tornou a Educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, aumentando a importância do investimento em docentes também para a Educação Infantil e para o Ensino Médio” (Abrucio; Segatto, 2021, p. 91).

Do mesmo modo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, LDB nº 9394/96, que vai da educação básica e infantil até a superior que consta no capítulo IV, Art 43 o inciso:

“II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”

No artigo 44º, se abrange o seguinte ato para um curso institucional:

“I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente”.

Da mesma forma, Art. 45: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, ou seja, a partir desse cenário se infere que para o ato profissional do professor das educação básicas, infantil e regular os indivíduos devem ser formados em uma instituição de ensino superior em um curso de licenciatura, para graduação plena e exercício do magistério.

É bem verdade que o modelo do magistério continuou bastante importante no Brasil, sobretudo para fornecer professores ao antigo Primário. Ademais, muitos estados não conseguiam formar universitários para o ofício docente, de modo que por décadas ainda teriam profissionais com menor grau de escolaridade e até os chamados professores leigos (professores sem formação na área específica de atuação) (Abrucio; Segatto, 2021, p. 86).

Os processos de avaliação para adentrar aos centros de formação se intensificam “A construção de um sistema nacional de formação dos profissionais da educação nos coloca o desafio da análise cuidadosa e atenta das mudanças e ações previstas para o futuro da formação” (Scheibe, 2008, p. 42). Se conclui, com a conjuntura atual ainda desafios mesmo que proeminentes das diretrizes que foram exaustivamente discutidas em meio a políticas e ações que se suscitam nos institutos educacionais.

3 A busca pela identidade: saberes da formação para a docência

Dubar (2006, n.p) em seus estudos sobre identidade comprehende que:

A identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições.

Colocando a socialização como o processo de desconstrução e reconstrução da identidade que transcorrem à medida do individual “As configurações identitárias designam as modalidades de actualização das formas identitárias caracterizadas em. A socialização, nas identidades individuais” (Dubar, 2000, p.11) além de coletivas e da cultura profissional garantindo que se há uma identidade profissional logo existe uma identidade profissional do ser professor.

A construção docente como uma prática social, sendo esta modificada, define uma nova identidade, do docente que corrobora as exigências da educação escolar quando esta se faz a priori das necessidades formativas, (Pimenta, 1996). Tal construção identitária se justifica pelo tipo de profissional que será formado e para que a mesma ocorra é necessário a identificação da dimensão formativa profissional onde se define por quais parâmetros se é construída.

O processo identitário é algo que remete a análises mais profundas e complexas no que diz respeito ao ser professor, pois a categoria em questão tem uma história, tem particularidades acadêmicas que distam de outras instâncias formadoras [...] (Ciclini, 2010, p. 29).

A discussão do exercício do magistério e reformulações na educação e no ensino dos conhecimentos entra na ideia central de como rever a formação do futuro profissional, o se reconhecer enquanto professores(as) na realidade em que estão, e ter o desejo e aptidão para lecionar, dando assim, um significado social e caráter a construção da identidade profissional, como situado por Pimenta (1996, n.p.) em que

“A identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado”.

Na perspectiva dos aspectos de formação docente deve ser entendido, como ocorre o processo de construção dessa identidade na licenciatura. As experiências do iniciar o curso de formação de professores, ter uma ideia do que é ser professor, modificá-la com o entendimento teórico e identificar em sua aplicação o ser docente e se reconhecer como agente formador, o que na execução se é dito a ser constituído a partir da prática docente pelos seus “saberes”.

Os saberes, segundo Tardif (2014), são fundamentais na constituição da identidade docente e se constroem nas relações que o professor estabelece com a sociedade, com sua formação e com sua prática cotidiana. Em sua obra “Saberes docentes e formação profissional”, o autor identifica quatro grandes categorias de saberes: os saberes da formação profissional, os saberes disciplinares, os saberes curriculares e os saberes experienciais, sendo esses últimos oriundos da prática e da vivência na escola.

Essa concepção dialoga diretamente com a perspectiva de Imbernón (2009 *apud* Souza *et al.*, 2022), que entende a formação docente como um processo contínuo de desenvolvimento profissional, em que o professor reflete sobre sua prática, reelabora seus saberes e ressignifica sua atuação. Nóvoa (2017 *apud* Souza *et al.*, 2022) complementa essa visão ao afirmar que a construção da identidade docente precisa estar centrada na profissão e deve ocorrer a partir de uma imersão real na prática escolar, superando o distanciamento entre teoria e prática.

Garcia (1999 *apud* Souza *et al.*, 2022) reforça que esse processo exige a articulação entre os conhecimentos adquiridos na formação inicial e os desafios concretos enfrentados no cotidiano escolar. Assim, comprehende-se que a identidade docente não se dá apenas pela aquisição teórica de conteúdos, mas pelo entrelaçamento entre os saberes que o professor mobiliza em sua trajetória formativa e profissional, em constante diálogo com sua experiência, sua comunidade escolar e as transformações sociais mais amplas.

Por conseguinte, temos os saberes da formação profissional, o conhecimento se transforma em saberes e se destina a formação científica é o que será transmitido

a partir das instituições de educação (escolas normais) o conhecimento teórico científico executor da prática docente. Os saberes disciplinares serão incorporados pela formação (inicial e contínua) integrando a partir das disciplinas concedidas pelas universidades. Tardif (2014), traz que esse saber corresponderá a diversos campos do conhecimento já que terá que dispor aos saberes da sociedade “Os saberes das disciplinas emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes” (2014, p. 25)

Além disso, surgem os saberes curriculares onde os conteúdos, métodos e objetivos dos programas escolares, devem ser compreendidos e aplicados durante a carreira profissional do professor. E por fim, os saberes experienciais que serão constituídos no exercício da prática docente como posto por Tardif (2014, p. 26) pela aptidão das “experiências individuais e coletivas que sob a forma de habitus e habilidades, de saber-fazer e de saber-ser”.

Em suma, a abordagem dos saberes trazidos por Maurice Tardif na relação do que compõe, o ser professor com as aptidões obtidas em quatro anos de formação educacional em uma licenciatura, está em confluência com os processos trabalhados por Nóvoa (1994), a construção da identidade pelos processos de desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, ou seja, ambos retomam esta busca não apenas pelos contributos durante o percurso no magistério mais pelos processos de trajetória social e educacional na vida do indivíduo que formaram e constituíram o ato da construção identitária docente.

Dessa forma, observa-se que a constituição da identidade docente está fortemente vinculada aos saberes que os professores mobilizam ao longo de sua formação e prática. A compreensão desses saberes, à luz das contribuições de Tardif e outros autores, permite refletir sobre os desafios da docência no Brasil e as possibilidades de transformação por meio de uma formação crítica e situada.

4 Considerações finais

A formação de professores no Brasil é uma trajetória marcada por muitos desafios e conquistas, que refletem as transformações sociais e educacionais do país.

Desde a criação das primeiras escolas normais até as mais recentes reformas educacionais, ficou claro que a profissão docente é essencial para o desenvolvimento da sociedade, mas também carece de reconhecimento e apoio constante.

A identidade do professor, construída ao longo de sua formação e experiência, vai além de uma simples transmissão de conteúdos. Ela envolve um processo de autoconhecimento e adaptação às mudanças, onde a prática pedagógica, os saberes adquiridos e as experiências de vida contribuem para a construção de um profissional que não apenas ensina, mas também se reconhece como um agente de transformação social.

Apesar dos avanços, os professores ainda enfrentam dificuldades, como a falta de valorização da profissão e as condições de trabalho nas escolas, que impactam diretamente a qualidade do ensino. Essa realidade é apontada por Növoa (2017 *apud* Souza *et al.*, 2022), ao destacar que políticas de desprofissionalização e o ataque às instituições formadoras enfraquecem a docência e impedem sua consolidação como uma profissão valorizada. Imbernón (2009 *apud* Souza *et al.* 2022) também enfatiza que a formação docente precisa ser contínua e articulada com as reais necessidades dos professores, o que exige investimentos, reconhecimento e condições adequadas de trabalho.

Para que a educação brasileira avance de fato, é essencial que o processo de formação de professores seja constantemente revisado, levando em conta as necessidades da realidade escolar e o papel central do professor na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Promover uma educação de qualidade requer o compromisso com a valorização profissional dos docentes e o reconhecimento de sua importância, tanto na formação dos estudantes quanto no fortalecimento do sistema educacional como um todo.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni. **Desafios da profissão docente: experiência internacional e o caso brasileiro.** Organização Instituto Península, Instituto Ayrton Senna. São Paulo: Moderna, 2021.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do professor de Geografia. Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032/24535>. Acesso em: 25 out. 2024.

CASTANHA, André Paulo. **Escolas normais do século XIX: um estudo comparativo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 32, p. 17-36, 2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5395/art02_32.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

CASTRO, Amélia Domingues. **A Licenciatura no Brasil. Revista de História**, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 627-652, 1974. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132649. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132649>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CASTRO, A. D. de. **A licenciatura no Brasil**. In: CAVALCANTI, Liana de Souza. *Geografia Escola e construção de conhecimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: A interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edições Afrontamento, 2006.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 27 out. 2024.

GALINDO, W. C. M. **A construção da identidade docente**. Psicologia, ciência e profissão, Pernambuco, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/pcp/a/YDL7fhTPbzb9tQvd7YLKgSz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SOUZA, S. T. B. de; PEREIRA, A. S. M.; GOMES, D. P.; MONTE, T. da CL do; BRASILEIRO, F. C.; MOREIRA, F. J. F.; SANTOS, C. Á. L. dos; NOGUEIRA, P. H. S.; GUEDES, M. B. S.; BORGES, L. N. **Formação inicial e prática profissional docente: narrativa de uma professora de Educação Física**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. I.], v. 9, pág. e3611931546, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31546. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31546>. Acesso em: 20 maio. 2025.

ⁱ Lorrane Lima do Nascimento, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0835-57>
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Ceará (IFCE)

Graduada em geografia pelo Instituto Federal do Ceará e cursando pedagogia (UNICSUL) com pós em psicopedagogia. Atua em projetos de educação, meio ambiente e gestão escolar, com experiência em metodologias ativas e inclusão.

Contribuição de autoria: autoria

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2634142423805857>

E-mail: lorrane.lln08@gmail.com

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 30 de janeiro e 2025.

Aceito em 30 de maio de 2025.

Publicado em 30 de maio de 2025.

Como citar este artigo (ABNT):

NASCIMENTO, Lorrane Lima do. Do ensino à identidade: desafios e perspectivas da formação docente no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2025.

